

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.360.743 - DF
(2018/0235343-4)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : L F O R DE S (MENOR)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

L. F. O. R. de S. agrava de decisão que inadmitiu seu recurso especial, interposto com base no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**, proferido na Apelação n. 2017.09.1.004810-2.

O agravante, submetido à medida de semiliberdade em razão da prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico, aponta a violação dos arts. 112, IV e V, e § 1º, 118, 120, 121, 122, II e II, e § 2º, todas do ECA, porquanto "existe medida mais branda", igualmente suficiente à sua ressocialização (fl. 183). Busca a aplicação da liberdade assistida.

A insurgência foi inadmitida no juízo prévio de admissibilidade em virtude da incidência da Súmula n. 7 do STJ, o que ensejou a interposição deste agravo, no qual a parte afirma não pretender o reexame de provas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do agravo ou por seu não provimento.

Decido.

O agravo é tempestivo e preencheu os demais requisitos de admissibilidade.

O adolescente, no dia 21/4/2017, trazia consigo, para fins de tráfico, duas porções de maconha, "perfazendo a massa bruta de **37,92 g**" (fl. 3). O Tribunal assim se pronunciou sobre a controvérsia:

Na escolha da medida mais adequada a ser imposta, devem ser levados em consideração a condição pessoal do representado, a gravidade do ato praticado e o contexto sócio-familiar e individual que cerca o menor,

tudo à luz do princípio da proteção integral e do melhor interesse da criança e do adolescente.

Na hipótese dos autos, **observando as condições pessoais do representado**, o contexto sócio-familiar em que o jovem se encontra inserido e a gravidade concreta do ato praticado, tem-se que as medidas aplicadas na r. sentença não se mostram adequadas.

Corroborar esse entendimento o fato de **o representado possuir outra passagem pela Vara da Infância e Juventude** por ato análogo a roubo majorado (f. 66/61, tendo sido concedida a remissão cumulada com aplicação de [...] liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade (processo 2016.09.1.015176-0).

Durante a oitiva informal (f. 20), o apelado afirmou que estava matriculado no 8º ano do ensino fundamental, mas **não frequentava a escola** em razão de ser longe de sua residência. Explicou que possuía passagem anterior na VII, **tendo começado a cumprir a liberdade assistida, mas afirmou que ocorreu sua interrupção em virtude de sua mudança de endereço.**

No Relatório de Atendimento Inicial e Internação Provisória (f. 50/51) constatou-se que **o jovem não estuda desde que foi morar com o pai, em meados de 2016; que não retornou à última escola para providenciar transferência, não tendo recebido cobranças de seu genitor a respeito; não trabalha; usa drogas (maconha) diariamente.** Além disso, o parecer técnico concluiu que **o adolescente e seu irmão optaram por morar com seu pai, em razão de ficarem mais tempo sem uma supervisão adequada e por ele ser mais permissivo que a mãe.**

Perceba-se que apesar da existência de convívio com seus familiares, **a família do jovem não possui controle sobre as atividades do adolescente e falha ao transmitir ao representado a existência de limites e valores à vida em comunidade.**

É cediço que "a aplicação da medida de semiliberdade não está sujeita a nenhum rol taxativo, mas deve adequar-se à capacidade do adolescente em cumpri-la, às circunstâncias e à gravidade da infração, conforme dispõe o § 1º do art. 112 da Lei n. 8.069/1990" (**HC n. 408.792/MS**, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª T., DJe 27/09/2017).

A adoção da medida ressocializadora adequada ao caso

concreto deve ter em mira tanto a gravidade do ato infracional como **as condições pessoais do adolescente**, visando sempre sua ressocialização (art. 112, § 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como o resguardo da segurança e incolumidade física e psicológica do menor, a fim de retirá-lo, com efetividade, da situação de risco social em que se encontra.

O Tribunal de Justiça assinalou, com lastro em elementos concretos dos autos, a ausência de condições pessoais para cumprir medidas em meio aberto. Destacou que o adolescente já recebeu remissão cumulada com aplicação de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, mas a medida foi ineficaz para retirá-lo da situação de risco social.

O jovem abandonou o cumprimento da medida em meio aberto, **não estuda** desde meados de 2016, **não recebe limites ou cobranças de seu responsável, não trabalha e faz uso de drogas diariamente**. Está sobejamente justificada a aplicação da semiliberdade em razão de sua vulnerabilidade.

Não há falar em violação federal. O entendimento exarado pelo Tribunal de origem **está em conformidade com a jurisprudência**, o que atrai a incidência das Súmulas n. 83 e 568 do STJ, posto que "mostra-se devidamente fundamentada a decisão que, levando em consideração a gravidade concreta do ato infracional e a real situação de vulnerabilidade do adolescente, impõe-lhe a medida de semiliberdade. Precedentes" (HC n. 459.455/MS, Rel. Ministra Laurita Vaz, 6ª T., DJe 17/09/2018).

Para alterar o entendimento manifestado no acórdão recorrido seria imprescindível afastar os fatos e provas delineados no aresto e empreender inédita análise sobre a situação concreta do adolescente, procedimento incabível no recurso especial (Súmula 7/STJ).

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", parte final, do RISTJ, **conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator